

## **AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE DE TOULOUSE NO SÉCULO XIII: UMA ANÁLISE SOBRE O REGIME DE VERDADE E SEUS PROBLEMAS<sup>1</sup>**

### **The origins of the University of Toulouse in the 13th century: an analysis of the truth regime and its problems**

Thiago de Azevedo Porto  
Doutor em História Comparada (PPGHC/UFRJ).  
Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará atuante na cadeira de História Antiga e Medieval da FAHIST/Bragança.

Academia.edu: <https://ufpa.academia.edu/THIAGOPORTO>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7563-425X>

E-mail: [thiagoporto@ufpa.br](mailto:thiagoporto@ufpa.br) / [thiagoporto81@gmail.com](mailto:thiagoporto81@gmail.com)

Recebido em: 16/11/2021

Aprovado em: 18/02/2021

#### **Resumo:**

Este artigo apresenta uma abordagem historiográfica sobre as origens da Universidade de Toulouse no século XIII, a partir de documentos produzidos entre 1228 e 1233, por meio de uma análise que tem como referenciais os conceitos de verdade, saber e poder, tal como expressados em diferentes obras do filósofo Michel Foucault. Antes da referida análise, o artigo traz ao leitor referenciais contextuais sobre a cidade de Toulouse e explora um debate historiográfico sobre a formação das universidades na Idade Média.

**Palavras-chave:** Toulouse – século XIII – Universidade.

#### **Abstract:**

This article presents a historiographical approach to the origins of the University of Toulouse in the 13th century, based on documents produced between 1228 and 1233, through an analysis that has as references the concepts of truth, knowledge and power, as expressed in different works by the philosopher Michel Foucault. Before the aforementioned analysis, the article brings the reader contextual references about the city of Toulouse and explores a historiographical debate on the formation of universities in the Middle Ages.

**Key-words:** Toulouse – 13th century – University.

A educação e os modelos que lhe deram forma ao longo da Idade Média já foram alvo de reflexão das diferentes gerações historiográficas no Ocidente, de modo que abordar este tema atualmente significa dialogar, ao menos, com parte dos discursos desenvolvidos desde o século XIX. Certamente não é mera coincidência que duas das edições, que foram utilizadas neste artigo como base para a análise proferida, estão presentes em livros publicados naquele século. As demandas de uma já propalada cientificidade aos métodos usados por historiadores, tornava premente uma retomada dos documentos e dos arquivos, de forma que pudessem passar por revisões e novas traduções, ao passo que seu conteúdo pudesse ser reorganizado segundo a mesma lógica que atingia o campo da História.

Se o discurso portador e reproduzidor de uma cientificidade já estava presente nos trabalhos historiográficos do século XIX, as marcas de uma centralidade da verdade na produção deste discurso recuam a tempos mais longínquos, reenviando ao contexto de formação das universidades medievais nos séculos XII e XIII. No mesmo contexto histórico a Igreja romana também dava sinais de uma necessidade de validação dos seus atos perante a sociedade, como se a fé em uma força superior não fosse mais suficiente para demarcar a verdade em suas ações e decisões, daí a valorização de um sistema processual que tomou formas mais acabadas nas canonizações conduzidas a partir do século XIII.

A investigação e a prova já eram tomadas como critério fundamental para a validação de um discurso tido como verdadeiro naquele contexto histórico medieval, tal como destacado por Michel Foucault em seu livro *A verdade e as formas jurídicas* (2011[b]). O mesmo filósofo que nos alerta para a centralidade da verdade nos discursos produzidos pela Igreja romana, também nos aponta para as conexões existentes entre o saber e o poder, como bases importantes para a expressão de uma vontade de verdade, que uma vez perpetuada e reproduzida em diferentes espaços engendrava a formação de um regime de verdade (FOUCAULT, 1979; FOUCAULT, 2011[a]).

A renovação das perspectivas historiográficas sobre as origens das universidades nos séculos XII e XIII passa necessariamente, pelo menos na filosofia foucaultiana, pelo questionamento a um regime de verdade, evidenciando o seu caráter de construção e apontando os seus laços com o exercício do poder em um determinado tempo e espaço. Ao caminhar nesta direção, o artigo direciona seu olhar ao contexto histórico de formação da Universidade de Toulouse, com o intuito de formar um quadro mais delimitado para as iniciativas que foram apontadas na historiografia como formadoras daquela instituição educacional.

### **Toulouse nas primeiras décadas do século XIII**

A cidade de Toulouse<sup>2</sup> no início do século XIII dava sinais claros de desenvolvimento, sobretudo com a organização de conselhos e outras instituições que apontavam o avanço na direção de uma autonomia de governo, que vinha sendo buscada pelos cidadãos desde meados do século anterior. Os tolosanos formaram um conselho municipal que, no final do século XII, já contava com vinte e quatro representantes, chamados de *capitouls* ou de conselheiros, desenvolvendo um governo na forma de consulado e que prontamente conquistou autonomia frente aos condes da dinastia raimundina (LE GOFF, 1992: 96).

Apesar da conquista de autonomia frente à autoridade condal, não seria adequado dizer que os cidadãos eram opositores ao poder dos condes raimundinos. Ao contrário, o processo histórico que marcou a afirmação das franquias cidadinas<sup>3</sup> também contou com alguma anuência daquela dinastia regional, permitindo o desenrolar de uma longa relação de apoios recíprocos entre as autoridades da cidade e os condes de Toulouse, algo que ficou devidamente registrado nas moedas fabricadas nas oficinas da família raimundina ao longo do século XIII: no verso a inscrição RAMON COMES, marca daquela família, e no reverso a inscrição TOLOSA CIVI, reconhecendo a formação do governo cidadão (DEPEYROT, 1982: 140-141).

A teia de relações entre a família raimundina e os representantes do governo cidadão também se mostrou vigorosa nos momentos de crise enfrentados pelos tolosanos no século XIII, tal como em uma revolta desencadeada em 1217. Diante do cerco efetuado pelas tropas cruzadas lideradas pelo conde Simão de Montfort, os cônsules e os conselheiros cidadãos lideraram a população local em uma rebelião contra as tropas “estrangeiras” e seus aliados em Toulouse, expulsando-os da cidade e engrossando a reação das forças locais (lideradas pelo conde Raimundo VI e seus aliados) contra a intervenção representada pela Cruzada Albigense (MACEDO, 1996: 28 e 29).

O conflito armado desencadeado pela referida cruzada (entre 1209 e 1229), convocada sob o pretexto de perseguir hereges (cátaros) e seus apoiadores no Languedoc,<sup>4</sup> provocou perdas materiais aos condes raimundinos e aos seus aliados, bem como abalos menores ao governo tolosano e nas bases de sustentação das relações locais. Apesar daquela família condal ter saído materialmente enfraquecida e politicamente diminuída com a assinatura do Tratado de Paris (em 1229), a cidade de Toulouse manteve “suas franquias teoricamente intactas” e durante um longo tempo continuou representando “a alma da resistência à Igreja e à monarquia” naquela região (WOLFF, 1974: p. 119 e 167).

Ainda no século XII aquela cidade despertou o interesse de grupos religiosos que ficaram mais conhecidos na historiografia como cátaros ou albigenses, mas que nos textos daquele período eram nomeados de diferentes formas: *cathari* ou *catharos*, *publicani*, *piphles*, *texerant*, *bulgarus* ou *bolgarus*, *bougre*, *bogre* ou *bougre* (FALBEL, 1969: 331; ZERNER, 2002: 509-510; FRANCO JÚNIOR, 2018: p. 13). A variação dos nomes aponta, por um lado, a difusão destes grupos por diferentes regiões do Ocidente medieval, e por outro, para os diversos sentidos que foram historicamente mobilizados na caracterização e, em alguns casos, na estigmatização a que foram submetidos tais grupos religiosos.

Por exemplo o termo *cathari* ou *catharo* pode ser explicado por diferentes versões. A presença destes grupos na cidade Colônia, na Germânia, atestada em meados do século XII, pode levar a explicar a origem do nome de duas formas: a primeira vincula o surgimento do nome ao termo *Ketzerei*, que em alemão significava “heresia”; já a segunda associa os cátaros com o termo *Kater*, que na língua alemã era “gato”, configurando assim uma tentativa de demonização dos cátaros, já que aquele animal representava a figura de Lúcifer no bestiário medieval (ZERNER, 2002: 509-510). Outro caminho possível para a origem do nome estaria vinculado a forma como eles eram vistos, principalmente no sul da França, seja pela admiração de seus seguidores e simpatizantes cidadãos, seja pela ironia de seus opositores e perseguidores clérigos, pois a palavra *catharo* em grego significava “puro” (FRANCO JÚNIOR, 2018: 13).

Nas diferentes regiões em que foram identificados nos séculos XII e XIII, os cátaros mantinham discursos e práticas que se caracterizavam por um ideal de retorno ao cristianismo primitivo, com a valorização da pobreza, da humildade e da caridade, o que os levava a criticar frontalmente as instituições e os costumes eclesiásticos, considerados muito distantes daquele ideal (FALBEL, 1969: 325 e 329). Influenciados pelas doutrinas maniqueístas ou dualistas, os cátaros desenvolveram um código religioso e moral que se definia, dentre outros aspectos, pela valorização do espírito em detrimento da matéria, pela renúncia aos prazeres mundanos e pela afronta ao monopólio do sagrado exercido pela Igreja católica naquele período (MACEDO, 1996: 16).

Em suas práticas cotidianas como forma de manifestar a sua religião, os cátaros se diferenciavam dos cristãos católicos principalmente pelo sentido doutrinário que conferiam aos seus atos e também por tudo o que refutavam por considerarem maléfico. Por exemplo, não eram a favor do casamento, que era permitido aos seus seguidores apenas como uma concessão feita à sua fraqueza humana, mas proibido aos “perfeitos”, seus líderes espirituais, porque tinham que se abster da prática sexual, vista como fornicção e/ou como forma de perpetuação da matéria (no caso da gravidez), o que seria o mesmo que trabalhar a favor da obra do “Deus mal” (FRANCO JÚNIOR, 2018: 14-16).

No entanto, a difusão dos cátaros pelas terras do Languedoc não se explica unicamente por suas diferenças religiosas e doutrinárias com os adeptos do cristianismo na versão romana. Tudo indica que a formação de suas comunidades contou com o auxílio e a defesa de parte da nobreza instalada no sul da França, o que indica dimensões sociais e políticas para a rede de apoio formada em torno dos albigenses. Como duas faces de uma mesma moeda, de um lado, se pode apontar a concentração de terras e outras riquezas nas mãos de autoridades eclesiásticas como um atrativo para as parcelas mais guerreiras e desterradas da aristocracia meridional francesa, e de outro, se pode indicar a adesão significativa de parte da nobreza sulista ao discurso cátaro como uma forma de legitimar pretensões e avanços sobre o patrimônio eclesiástico administrado pelos clérigos da Igreja católica (FALBEL, 1969: 344; MACEDO, 1996: 17).

Esta convergência de interesses e de forças locais em torno do catarismo se manifestou abertamente em diferentes regiões e cidades do condado de Toulouse, unindo diversos senhores da aristocracia toulouseana e colocando seus dependentes (diretos e indiretos) como alvo preferencial do proselitismo albigense, o que não demorou muito a chamar a atenção dos clérigos e das autoridades eclesiásticas. Desde meados do século XII, a Igreja romana identificou áreas de atuação e características diversas dos cátaros, sobretudo por meio do envio de missões de pregação coordenadas por integrantes de ordens religiosas aprovadas e alinhadas ao papado, como foi o caso dos cluniacenses, cistercienses e premonstratenses que se revezaram nas tarefas de confrontar os líderes tidos por heréticos e de converter aqueles que eram os seus seguidores nas terras do Languedoc (JIMÉNEZ SÁNCHEZ, 2005: 58 e 59).

Algumas décadas se passaram até que o trabalho, de reconhecimento e de estudo feito pelos religiosos em missões papais, acabou servindo de base para delinear formas jurídicas e modalidades processuais desenvolvidas pelo papado e por autoridades temporais para o devido enfrentamento das heresias em geral, e dos cátaros em particular. Desde o final do século XII, a Igreja romana produziu uma legislação

canônica fundamentada em bulas, decretos e constituições pontificias que autorizavam o uso da força contra os hereges e o recurso às autoridades seculares para a execução de penas e de punições, culminando na equiparação entre heresia e crime de lesa majestade (tradicionalmente punido com a morte). O caminho percorrido entre a bula *Abolendam*, editada pelo papa Lúcio III em 1184, e a bula *Vergentis in senium*, publicada em 1199 pelo papa Inocêncio III, aponta um processo de sistematização jurídica da repressão aos hereges (JIMÉNEZ SÁNCHEZ, 2005: p. 61).

Em março de 1208 o papa Inocêncio III fez uma convocação geral na França para que clérigos e leigos se engajassem em uma guerra anti-herética, que ficou mais conhecida na historiografia sob o nome de “cruzada albigense”. O papado, nessa ocasião, avançava para o uso da força contra os cátaros no sul da França, aproveitando-se da base jurídica formulada no século anterior. Os conflitos e os embates entre tropas ocorreram em diferentes regiões e cidades do Languedoc entre 1209 e 1229, de modo que o objetivo do pontífice romano ao convocar aquela cruzada não era apenas a erradicação do catarismo, considerado uma ameaça para a ordem cristã, mas também o de avançar contra todas as aristocracias locais que davam apoio aos cátaros, retirando suas terras e seus bens para entregá-los aos aristocratas franceses alinhados com a realeza e a Igreja católica, e que tinham se engajado na referida cruzada (ALVIRA CABRER, 2009: 111).

Uma vez estabelecida a lógica do conflito, de um lado perfilaram-se os aliados da realeza francesa e da Igreja católica, sendo liderados pelo conde Simão de Montfort, nobre que conduziu as tropas cruzadistas entre 1209 e 1218, sendo depois substituído por seu filho Amauri de Montfort no período de 1218 a 1224, e por fim a nobreza nortista engajada na cruzada albigense passou a ser liderada diretamente pelo rei Luis VIII (em 1226), até o encerramento da guerra em 1229 (MACEDO, 1996: 15). Do outro lado alinhavam-se as forças conduzidas pela dinastia dos condes raimundinos de Toulouse, primeiramente Raimundo VI e depois Raimundo VII, que lideravam os aristocratas sulistas com base na lógica feudal e os aliados citadinos por força de sua autoridade como condes, duques e marqueses que eram, e também pela política de reciprocidade que lhes permitiu obter o apoio dos cidadãos tolosanos em troca da manutenção de suas franquias e de um governo citadino autônomo.

Ao final da guerra albigense (em 1229) a dinastia raimundina capitulou frente ao poder da monarquia francesa e da Igreja católica, sendo submetida a uma retratação pública feita pelo conde Raimundo VII na catedral de Notre-Dame e à assinatura de um acordo de paz que impunha 32 artigos a serem seguidos como punição pelos atos praticados, dentre eles a obrigação de expulsar os hereges de suas terras, assim como a todos que lhes dessem alojamento, proteção e ajuda (LE GOFF, 1992: 137; JIMÉNEZ SÁNCHEZ, 2005: 64). Mas o engajamento na perseguição aos cátaros não teria sido a única condição imposta para a saída política que permitiu ao conde toulouseano se livrar daquele prolongado conflito sem perder todas as suas terras e seus títulos de nobreza.

A fundação e a sustentação da Universidade de Toulouse também foram colocadas pelo acordo de paz ao conde de Toulouse. Aquela instituição era considerada pelo papado como uma base fundamental para a formação adequada do clero local e para a continuidade das ações contra os hereges. Raimundo VII se viu obrigado a sustentar os mestres universitários por um período de 10 anos, algo que ele fez com muita irregularidade, levando o papa Gregório IX a se engajar diretamente na organização da universidade e, seguidas vezes, na lembrança ao conde toulouseano dos compromissos

que ele tinha assumido ao assinar o tratado de Paris (WOLFF, 1974: 122, 123 e 133). Pelo menos esta é a visão mais consagrada na historiografia francesa que trata da Cruzada Albigense e da formação da instituição universitária tolosana como acontecimentos relacionados. Por meio deste artigo, pretende-se ampliar o horizonte historiográfico sobre a formação do *studium* em Toulouse, apontando um caminho de interpretação que difere sensivelmente daquele que destaca o papado como único protagonista da fundação. Antes disso, faz-se importante situar os leitores sobre as tendências mais observadas na medievalística brasileira e nos seus diálogos com a historiografia francesa.

### **As universidades em formação na Europa medieval: um debate historiográfico**

A formação das universidades no período medieval já foi alvo de debate e reflexão por diversos autores na historiografia. Não é o propósito do presente texto trazer uma síntese de tudo que já foi explorado em relação ao tema, e sim apresentar um quadro mais atual das tendências de abordagem no Brasil, de forma a esclarecer o caminho trilhado na análise aqui proposta. Portanto, parte-se de alguns autores de referência da historiografia francesa, que tem sido mobilizada nos trabalhos aqui publicados, para depois chegar aos medievalistas que já exploraram a temática no contexto brasileiro. Por fim, direciona-se o debate para apontar as tendências historiográficas sobre a formação da Universidade de Toulouse, o que nos leva mais uma vez ao diálogo com autores franceses.

O contexto europeu de crescimento das cidades e afirmação de suas liberdades em relação aos poderes tradicionais, a partir do século XII, é normalmente destacado como uma base fundamental à compreensão do fenômeno universitário: mudanças das técnicas agrícolas, aumento da densidade populacional, e a consequente migração para as cidades, a maior organização das instituições políticas temporais (como as comunas italianas e os consulados franceses) oferecem uma nova ambientação no que diz respeito a condições estruturais para a organização das instituições universitárias no cenário da Europa medieval (LE GOFF, 2018: 26; VERGER, 1990: 26-28).

Partindo de uma perspectiva de “Renascimento do século XII”, Jacques Verger destaca o movimento de retorno das escolas para as cidades e a constante perda de notabilidade das escolas nos mosteiros, que até então eram o grande modelo escolar medieval. Não apenas houve esse movimento mais cidadão das escolas, como também essas se multiplicavam em uma considerável escala, além de não estarem sob o estrito domínio da Igreja, visto que seu público não era exclusivamente de clérigos, bem como boa parte do corpo docente era formada por mestres leigos (VERGER, 2002: 574-575).

Foi o próprio Jacques Verger que também desenvolveu uma perspectiva interpretativa para uma compreensão mais ampla do surgimento das universidades no cenário europeu, destacando a existência de três modelos. O primeiro seria o das universidades “espontâneas”, que estariam associadas às condições favoráveis do fenômeno cidadão, com a diversificação das corporações e a multiplicação das escolas “particulares”, quando movimentos promovidos por mestres e alunos levaram à formação de corporações de ensino, posteriormente referendadas juridicamente com o apoio papal, casos das universidades de Paris, Bolonha e Oxford. Já as universidades

“criadas” teriam surgido a partir da ação direta do papado, ou do império, que se utilizaram dessas instituições para fins próprios, seja para provimento de cargos administrativos ou como parte de um propósito maior, tais seriam os casos das instituições formadas em Nápoles e em Toulouse. Por fim, as universidades “nascidas por migração”, que seriam resultado das greves encabeçadas pelos alunos e mestres de outras universidades, e que migravam para outras regiões iniciando uma nova corporação. Nesse caso, o autor destaca que a greve era um recurso utilizado pelos estudantes e mestres para garantirem seus privilégios, e a migração era utilizada paralelamente, por saberem que sua presença movimentava a economia local, o que explicaria a formação das universidades de Cambridge e Orléans (VERGER, 1990: 41-45).

Se por um lado Jacques Verger destaca a formação das instituições universitárias como parte do fenômeno citadino das corporações e das escolas “particulares”, por outro lado Jacques Le Goff traz a perspectiva de um longo amadurecimento dos grupos sociais associados às práticas educacionais na Idade Média, fazendo referência aos monges copistas carolíngios que foram responsáveis pela perpetuação e pela multiplicação de manuscritos fundamentais para alavancar o fenômeno universitário a partir do século XII (LE GOFF, 2018: 31- 33). Na mesma direção Le Goff também destaca a importância do fenômeno citadino e de seus efeitos para o aparecimento de um tipo profissional que vai caracterizar o ambiente universitário e que só pôde encontrar demandas favoráveis nas cidades: “Um homem cujo ofício é escrever ou ensinar, e de preferência as duas coisas a um só tempo, um homem que, profissionalmente, tem uma atividade de professor e de erudito, em resumo, um intelectual — esse homem só aparecerá com as cidades” (LE GOFF, 2018: 30).

No debate historiográfico desenvolvido no contexto brasileiro nas últimas décadas, o primeiro destaque fica com um artigo (“Origem e Memória das Universidades Medievais: a preservação de uma instituição educacional”) de Terezinha Oliveira, que desenvolveu reflexões e argumentos que dialogam com os autores abordados anteriormente. Primeiro ao ressaltar a movimentação do papado no sentido de manter algum controle sobre as práticas educacionais, incentivando as multiplicações das escolas e instituindo um método de certificação (com a emissão das licenças para ensinar nas escolas e nas universidades) que reafirmava a autoridade do clero diocesano e papal na fiscalização das práticas educacionais. Além de ter desenvolvido uma perspectiva historiográfica em parcial desacordo com a teoria de Jacques Verger sobre a formação das universidades de Paris e Bolonha, pois destaca a participação efetiva do papado e do império, por meio dos interditos citadinos, como ponto fundamental para a formação de tais instituições universitárias (OLIVEIRA, 2007: 120).

O trabalho de Terezinha Oliveira também dialoga de perto com as assertivas de Jacques Le Goff, ao destacar que a universidade era já naquele contexto um espaço social direcionado à produção do saber, que deixava de ser revelado exclusivamente sob a lógica da ação divina e passava a ser pensado/construído também com base na racionalidade aristotélica. Segundo a autora, surgiu um novo papel social associado aos intelectuais, e também ao ensino, como uma nova profissão: “Ousáramos afirmar que se forma um novo personagem social vinculado ao saber: o doutor” (OLIVEIRA, 2007: 124).

Ainda no contexto brasileiro vale destacar o capítulo produzido por Carolina Gual (“As universidades e o conhecimento na Idade Média”) e publicado recentemente no

livro *Ensaio de História Medieval*. Pois o referido texto apresenta um panorama mais geral dos estudos sobre as universidades na Idade Média, bem como das características contextuais que marcam o período de formação das instituições universitárias, para depois explorar com mais detalhes as relações sociais e políticas no âmbito das universidades medievais. Portanto, configura-se um material de referência atualizado para os que se interessarem pela temática das universidades na Idade Média, identificando a historiografia mais especializada no tema e os documentos históricos que serviram de base para as análises realizadas por esta historiografia.

Como contribuição ao debate aqui levantado, Carolina Gual ressalta a importância de superar a perspectiva historiográfica institucional que caracterizou boa parte das publicações sobre as universidades medievais até o século XX, por meio de análises que problematizem as diversas relações (sociais, econômicas, políticas) que perpassavam o ambiente universitário no contexto medieval, de forma a explorar os conflitos vivenciados e compreender a alternância de autonomia e de submissão nas diferentes experiências históricas das universidades medievais (SILVA, 2019: 101).

Por fim, para fechar este breve panorama sobre a medievalística brasileira que tem se dedicado a explorar o tema das universidades, vale ressaltar as contribuições de um artigo (“Entre Paris e Bolonha: a inserção dos Frades Pregadores na vida universitária do século XIII”) também recente publicado por Carolina Fortes, que tem se destacado no cenário da historiografia brasileira com trabalhos que exploram a formação da Ordem dos Frades Pregadores e a aproximação dos dominicanos com a vida universitária no contexto do século XIII.

Por meio da análise de cartas, bulas, crônicas e da regra de vida seguida pelos dominicanos no contexto do século XIII, Carolina Fortes elabora um quadro esclarecedor sobre a formação das comunidades de Saint Jacques (em Paris) e de San Niccoló delle Vigne (em Bolonha), além das respectivas ligações entre os frades pregadores dos referidos conventos e as instituições universitárias que já existiam e funcionavam nas cidades de Paris e Bolonha. Portanto, além de apresentar ao leitor um *corpus* documental diversificado que permite problematizar a formação das universidades no contexto medieval, a autora explora relações que se formaram entre diferentes instituições e que ajudam a esclarecer o ambiente vivenciado nas primeiras décadas do século XIII.

Mesmo não sendo o escopo central do artigo, Carolina Fortes deixou também uma contribuição aos que possam se interessar pela formação da Universidade de Toulouse, que é justamente o objeto do presente artigo. Ao realizar um histórico sobre a formação do convento de Saint Jacques, a autora explora uma bula (“*Olim in partibus Tolosani*”) que foi emitida em janeiro de 1217 pelo papa Honório III, configurando um pedido papal aos mestres e estudantes da Universidade de Paris, para que oferecessem algum auxílio aos pregadores católicos que naquele contexto estavam em Toulouse se dedicando a combater os “hereges albigenses” (FORTES, 2018: 87). Por mais que no contexto da bula papal ainda não existisse a Universidade de Toulouse, o procedimento papal de buscar o auxílio de mestres e estudantes universitários para as campanhas empreendidas contra os cátaros/albigenses, atuantes no cenário tolosano, registra uma articulação e uma coordenação papal que pode ajudar no esclarecimento da própria formação da instituição universitária em Toulouse.

Ao mudar a direção deste debate historiográfico, voltando o foco para a formação da Universidade de Toulouse, vale destacar justamente que no cenário da medievalística



brasileira existem apenas contribuições muito esparsas e pontuais sobre a referida universidade no contexto tolosano do século XIII. De modo que o caminho historiográfico para apontar as interpretações e as perspectivas já desenvolvidas sobre aquela instituição universitária demanda um diálogo mais de perto com as publicações francesas. O que por si mesmo já indica uma lacuna ainda a ser preenchida pelos/as medievalistas no contexto brasileiro.

Para evidenciar melhor a ausência de maior aprofundamento sobre as origens da Universidade de Toulouse nas publicações feitas aqui no Brasil, vale à pena tomar dois exemplos. José Rivair Macedo publicou no ano 2000 o livro “Heresia, cruzada e inquisição na França medieval”, e no primeiro capítulo em que o autor explora a “Cruzada Albigense” existe um registro pontual sobre a fundação da Universidade de Toulouse, ao destacar que o conde Raimundo VII, por meio do tratado de Paris, “comprometeu-se a combater a heresia, contribuir para a fundação de uma Universidade e prestar o apoio inicial aos tribunais de Inquisição instalados em todo o Languedoc” (MACEDO, 2000: 36). Tanto neste capítulo quanto nos demais, não foi possível encontrar nenhuma reflexão ou análise mais aprofundada sobre a formação daquela instituição universitária.

Mesmo não sendo um autor da medievalística brasileira, o verbete “Universidade” de Jacques Verger, publicado no Dicionário Temático do Ocidente Medieval, em 2002, também se enquadra nos registros pontuais sobre a Universidade de Toulouse e suas origens nas publicações feitas no Brasil. No texto em questão o autor aponta o surgimento da universidade tolosana como parte das escolas instituídas em 1229, pelo tratado de Paris, e que a universidade só conseguiu deslanchar após cinquenta anos de existência, visto que em seu início enfrentou um quadro contextual bastante árduo, por ter sido “autoritariamente ‘plantada’ em região hostil” (VERGER, 2002: 579). As assertivas de Verger sobre a formação daquela universidade foram apresentadas de maneira bastante direta, sem referência a qualquer outro autor ou documento que sustentasse a perspectiva que foi defendida por ele.

O primeiro texto aqui destacado a explorar de maneira mais detalhada o surgimento da Universidade de Toulouse é um artigo de Étienne Delaruelle (“Les papes, les dominicains et la Faculté de Théologie de Toulouse aux XIIIe et XIVe siècles”), publicado em 1953, como parte da coletânea de textos reunida pela revista *Annales du Midi: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*. Como o próprio título indica, o objeto de reflexão central do autor naquele texto era a formação da Faculdade de Teologia em Toulouse, e ao fazer isso, acabou tecendo considerações relevantes sobre as origens da universidade local.

Segundo Delaruelle, a fundação da Ordem dos Frades Pregadores, justamente quando ainda organizavam sua primeira comunidade em Toulouse, a fundação da Universidade de Toulouse e a organização da inquisição papal, não podem e não devem ser tomados como eventos distintos, sem ligação entre si, pois estariam diretamente ligados à “guerra santa” realizada no Languedoc no contexto do século XIII (DELARUELLE, 1953: 359). Portanto, o referido autor destaca que as formações de tais instituições faziam parte de um “plano maior”, deixando nas entrelinhas a ideia de que o papado era o principal agente deste planejamento.

Ao comparar a formação da Universidade de Toulouse com a de Paris, que era mais antiga, Delaruelle aponta que a instituição parisiense surgiu de um reconhecimento *a posteriori*, que reunia numa mesma corporação escolas locais que já existiam há longo

tempo, enquanto a instituição tolosana foi criada em sua totalidade com um propósito bem definido: “o serviço da fé contra a heresia” (DELARUELLE, 1953: 359-360). Por fim, o autor aponta que o funcionamento da Faculdade de Teologia em Toulouse, desde 1229, aproveitando-se de uma conjuntura de greve na Universidade de Paris para contar com alguns de seus mestres em teologia, foi nas primeiras décadas muito instável e só teve continuidade graças à colaboração dos mestres dominicanos, o que registra naquele contexto a carência local de mestres seculares (DELARUELLE, 1953: 362).

Assim sendo, tal como registrado no título do artigo, Étienne Delaruelle destaca a conexão existente entre os papas e os dominicanos, no início do século XIII, como o ponto de partida para compreender a formação da Faculdade de Teologia em Toulouse, e por conseguinte, da própria universidade local. O que demonstra que a leitura feita por Carolina Fortes, tal como apontado anteriormente, de que existia uma ligação entre os dominicanos de Paris e as campanhas de pregação no Languedoc, encontra amparo nas reflexões do autor francês.

Outra publicação realizada no sul da França, não por coincidência o espaço geográfico onde se deu a formação histórica das instituições acima destacadas, também traz considerações mais detalhadas sobre a universidade tolosana. Trata-se do livro *Histoire de Toulouse*, publicado em 1974 por Philippe Wolff, um manual voltado para a história local e que traz informações sobre os grupos e as instituições já registrados acima por meio de outros autores. Embora não seja também o escopo central do livro, o autor acaba colaborando a ampliar o quadro contextual sobre a formação da instituição universitária.

Um primeiro aspecto a ser destacado diz respeito ao ambiente citadino em relação à formação daquelas instituições. Philippe Wolff aponta a comunidade dominicana, a universidade local e a inquisição como instituições estrangeiras que foram “plantadas” naquele contexto tolosano e que, justamente por isso, tiveram que enfrentar a hostilidade, a rejeição e/ou a indiferença de famílias ricas e poderosas no cenário local (WOLFF, 1974: 119, 121 e 122). Aqui mais uma vez destaca-se a conexão entre diferentes instituições no cenário tolosano, tal como nas leituras anteriores, com o acréscimo de um cenário que não era favorável às mesmas.

O livro em questão registra com maior precisão alguns momentos centrais para se compreender a formação da universidade local. O primeiro refere-se ao ano de 1229, quando foi assinado o tratado de Paris como parte da capitulação do conde Raimundo VII frente às forças que coordenaram a “Cruzada Albigense”. Como parte das cláusulas do tratado, o conde de Toulouse se comprometia a manter com seus próprios recursos “quatro mestres em teologia, dois em direito canônico, seis em artes liberais, dois em gramática”, que seriam recrutados em Paris, aproveitando-se da conjuntura de greve na instituição parisiense. Wolff dá notícia de apenas dois nomes que ficaram registrados em documento e que teriam chegado a Toulouse literalmente na “carruagem dos cruzados”: “Hélinand, idoso austero e moralista desagradável, e sobretudo, Jean de Garlande, que era um gramático, [...] mas que, em Toulouse, se ocupava principalmente com a defesa da fé, e revelou um verdadeiro temperamento cruzadista” (WOLFF, 1974: 122).

O segundo momento destacado por Wolff é o ano de 1233, quando uma bula do papa Gregório IX precisou melhorar a organização de uma nova universidade, “colocando-a em pé de igualdade com aquela de Paris”. Uma organização que foi sendo aprimorada e confirmada progressivamente em outros momentos, por meio de um acordo feito em 1239, com o conde Raimundo VII, que o liberou do compromisso

salarial em relação aos mestres da universidade, algo que ele vinha cumprindo com bastante irregularidade, e pelos estatutos concedidos pelo papa Inocêncio IV, em 1245, praticamente uma cópia dos estatutos de Paris, e que foram “completados mais tarde pelos próprios universitários tolosanos” (WOLFF, 1974: 123 e 133).

Portanto, nos apontamentos de Philippe Wolff destacam-se o contexto do final da “Cruzada Albigense” e da assinatura do tratado de Paris, em 1229, como ponto de partida para a formação da Universidade de Toulouse, cuja organização foi sendo aprimorada e confirmada nos anos posteriores graças às intervenções dos papas, o que não produz uma perspectiva historiográfica tão diferente daquela já desenvolvida anteriormente por Étienne Delaruelle, embora acrescente alguns detalhes diversos.

Para finalizar o debate historiográfico aqui iniciado é mister uma referência ao texto “Rôle de l’université de Toulouse dans l’effacement du catharisme”, que nasceu da colaboração entre Marie-Humbert Vicaire e Henri Gilles, sendo publicado inicialmente em 1985, na edição número 20 do *Cahiers de Fanjeaux*, periódico especializado nos debates historiográficos sobre o Languedoc, e depois republicado (em 1992) como parte do livro *Université de Toulouse & Enseignement du Droit*, organizado pelo próprio Henri Gilles, que é a versão aqui utilizada.

O texto em questão é a versão mais completa sobre a fundação da Universidade de Toulouse, considerando o universo de autores identificados e consultados para a elaboração do presente artigo. Para iniciar este diálogo com os referidos autores, vale destacar que eles identificam o surgimento daquela instituição universitária por meio de uma visão mais alargada, pois situam a cláusula 7 do tratado de Paris (1229) em uma série de intervenções papais que remontam aos concílios realizados em Latrão (1179 e 1215), bem como às bulas papais (1217, 1233 e 1245), que progressivamente conferiram um formato àquela universidade, mas que apontam a atenção do papado não apenas para a referida instituição, e sim em relação à evolução do movimento escolar na Europa nos séculos XII e XIII (VICAIRE; GILLES, 1992: 198). Se por um lado os autores enfatizam uma vez mais o protagonismo papal na formação da Universidade de Toulouse, tal como visto nos demais autores, por outro trazem a perspectiva de que a fundação se insere em uma lógica de longa duração, associada aos movimentos da Igreja romana desde o século XII, no sentido de acompanhar de perto e de tutelar o surgimento das novas “escolas”.

Com o intuito de fundamentar tal argumentação, os autores tratam de apontar uma suposta “intenção de fundação” para a universidade tolosana e que tal intenção já estaria manifesta quando o papado assegurou, por sua própria iniciativa, a presença de um mestre de teologia na cidade de Toulouse desde 1215, por meio do direcionamento do inglês Alexander Stavensby, um clérigo vinculado à cúria papal e que lá permanece até 1219. Argumento que seria reforçado pela bula emitida em janeiro de 1217, pelo papa Honório III, convidando mestres e estudantes parisienses a se encaminharem e se estabelecerem em Toulouse, com o pedido de que realizassem cursos, pregações e exortações morais que fomentassem uma boa doutrina e que auxiliassem no combate aos hereges (VICAIRE; GILLES, 1992: 200). Portanto, no texto de Vicaire e Gilles aquela perspectiva de um “plano maior”, apontada timidamente no artigo de Étienne Delaruelle, ganha uma versão mais acabada, pois direciona os leitores a associarem as iniciativas papais tomadas em Toulouse com a disciplina escolar que já vinha sendo delineada desde o III concílio de Latrão (1179), e que teria como objetivo associar o

ensino “escolar” e “superior” com a formação mais qualificada do clero, bem como fiscalizar a produção do conhecimento em tais instituições.

Para favorecer o debate historiográfico, a possibilidade do contraditório e/ou da convergência de ideias, vale também ressaltar que o texto de Vicaire e Gilles trata de atenuar aquela visão, destacada no livro de Wolff, de que o ambiente local seria desfavorável aos mestres da recém-criada universidade. Para os mencionados autores a hostilidade e os protestos registrados em um testemunho da época (Guillaume Pelhisson) se restringiam a certos grupos simpáticos/partidários dos “hereges” tolosanos e não representavam um posicionamento das autoridades locais e/ou da coletividade da vila (VICAIRE; GILLES, 1992: 202). Já no tocante ao auxílio dos dominicanos para a manutenção de uma cadeira de teologia em Toulouse (VICAIRE; GILLES, 1992: 199, 200 e 202), os apontamentos do texto não diferem daqueles já verificados no artigo de Étienne Delaruelle, assim como em relação à organização da universidade (VICAIRE; GILLES, 1992: 203) como corporação de mestres e estudantes, com um formato mais definido, não diverge do que foi apresentado no livro de Philippe Wolff.

Sem dúvida, a contribuição principal do texto de Vicaire e Gilles sobre as origens da Universidade de Toulouse, pode ser observada quando tratam da formação da Faculdade de Artes, o que eles destacam, era a base fundamental para a formação de uma universidade na Idade Média, pois antes de se direcionarem a uma formação mais específica (teologia, direito, medicina), os universitários deveriam passar pela formação oferecida naquela faculdade, cuja base principal reenviava para os debates filosóficos. É justamente neste ponto que os autores ressaltam o desenvolvimento de uma estratégia para enfrentar o “problema” do catarismo, pois os mestres que foram repetidas vezes convocados pelos papas e direcionados a Toulouse provinham de uma formação parisiense cuja ênfase apontava para a filosofia aristotélica, que por sua vez tinha reflexões que tornavam inviável a visão de mundo dualista dos cátaros (VICAIRE; GILLES, 1992: 203 et seq.). Portanto, o que se pretendia com a formação da universidade era favorecer a formação de clérigos e leigos que pensassem fora do paradigma dualista dos cátaros e que estivessem intelectualmente munidos dos argumentos que contrariassem os ensinamentos “heréticos”, que há tanto tempo se difundiam nas terras do Languedoc.

### **A Universidade de Toulouse em meio às relações de poder**

Além de trazer aos leitores algumas perspectivas historiográficas sobre a formação da Universidade de Toulouse no século XIII, o presente artigo pretende se inserir neste debate, trazendo apontamentos e reflexões que não aparecem nos autores aqui debatidos, ou ao menos contribuir para a elaboração de uma perspectiva historiográfica que permita alguma renovação neste campo de pesquisa. A tarefa não é das mais fáceis, visto que os autores franceses mobilizados no debate do item anterior produziram visões bem detalhadas de todo um processo histórico que culminou na organização da referida instituição universitária, no geral apontando um longo período de intervenções na cidade de Toulouse. Portanto, a esta altura, a questão que surge é: como produzir uma perspectiva que seja, ao menos, um pouco diversa neste debate?

Ao se diferenciar do caminho percorrido pelos autores aqui debatidos, o presente artigo propõe lançar um olhar mais delimitado, do ponto de vista temporal e

documental, com intuito de focalizar melhor as relações estabelecidas entre dois poderes, ou duas potências, no sentido medieval, que tomaram parte nos documentos produzidos em 1229, ampliando este foco para antes e depois deste marco temporal. A expectativa é que este olhar mais direcionado, pautado na noção de acontecimento, possa permitir a observação de uma dinâmica não alcançada pelas perspectivas historiográficas que se fundamentaram na lógica de um processo histórico.

O primeiro passo nesta direção leva a destacar a cláusula 7 do tratado de Paris, também conhecido como tratado de Meaux, que foi celebrado em 12 de abril de 1229, estabelecendo um acordo, uma conciliação, entre o papa Gregório IX e o conde Raimundo VII, com vistas a finalizar o conflito e os confrontos vivenciados no âmbito da Cruzada Albigense. No referido documento de conciliação, uma sequência de cláusulas estabelece uma série de compromissos a serem assumidos e mantidos pelo conde de Toulouse, dentre eles: “Pagar outros quatro mil marcos de prata para manter, durante dez anos, quatro mestres em teologia, dois em direito canônico, seis mestres de artes e dois regentes de gramática, que ministrarão essas ciências em Toulouse” (VAISSETE, 1879: 633).

A determinação contida na cláusula em questão não demanda maiores esforços interpretativos, ao delimitar que Raimundo VII sustentasse durante dez anos um corpo docente variado, o que remeteria a formação de um *studium* local. A possibilidade de desenvolver alguma reflexão sobre tal compromisso leva necessariamente a um cruzamento de informações com outros documentos, para verificar em que medida aquela cláusula seria de fato uma determinação, ou se existe espaço para outra interpretação.

A referida cláusula 7 do tratado de Paris aparece nos demais autores como evidência de uma imposição papal ao conde de Toulouse, que se veria então obrigado a cumprir as determinações do documento. *A priori* esta perspectiva parece um tanto arbitrária e/ou tendenciosa, ao desconsiderar qualquer possibilidade de negociação entre as partes que assinam o ato de conciliação, colocando maior ênfase no papado como a força a delimitar os compromissos registrados naquele tratado. Uma breve caminhada pelos registros produzidos e conservados pelos condes raimundinos pode permitir uma perspectiva de interpretação sensivelmente diversa.

“Raimundo VII, pela graça de Deus duque de Narbonne, conde de Toulouse, marquês de Provence, quer retornar à unidade da Igreja e ficar sob a fidelidade do rei da França, concede procuração à H[élie Guarin], abade de Grandselve, para apresentar suas proposições de paz à rainha [Branca de Castela] e a Romano, cardeal de Sant’Angelo, legado do papa. Ele promete, com o conselho de seus barões e especialmente dos cônsules de Toulouse, de ratificar tudo o que ele fará, com o acordo de seu primo Thibaud, conde palatino de Champagne e de Brie” (MACÉ, 2008: 394, doc. 552).

A passagem em questão refere-se a um dos documentos conservados como parte do registro condal, e apresenta-se no formato de uma procuração do conde Raimundo VII em favor de H[élie Guarin], então abade de Grandselve, para que ele o representasse perante a realeza e ao legado papal, apresentando suas proposições para um acordo de paz, ao passo que em sua abertura já identifica a sua vontade de “retornar à unidade da

Igreja e ficar sob a fidelidade do rei da França”. Outro dado importante: o referido documento foi datado de 10 de dezembro de 1228. Ou seja, a procuração do conde foi produzida no mínimo quatro meses antes da assinatura do tratado de Paris.

Diante do documento condal, a perspectiva historiográfica que atribui ao papado todo protagonismo na celebração de um acordo de paz que finalizasse a Cruzada Albigense, já não parece o único caminho possível de interpretação. A leitura da referida procuração apresenta o conde de Toulouse na posição de uma autoridade que pretendia se reconciliar com a realeza e com a Igreja romana, a tal ponto que estabeleceu como procurador um clérigo, mesmo que a localização da comunidade indicasse uma área sob a influência do próprio conde. Um detalhe importante no texto: a expressão destacada na citação acima, “retornar à unidade”, indica algum grau de reconhecimento do conde em relação às acusações que pesavam sobre ele (de aproximação e de aliança com os cátaros e seus simpatizantes).

Seguir no caminho do cruzamento de informações, a partir de documentos oriundos das partes conflitantes na Cruzada Albigense e representadas no tratado de Paris, parece apontar um maior esclarecimento sobre as relações de poder e seus efeitos na formação da Universidade de Toulouse. Duas epístolas preservadas e identificadas no *registrum* do papa Gregório IX, contribuem para os propósitos da análise aqui desenvolvida:

À Universidade de mestres e escolares Tolosanos confirmamos o estatuto Romano, pelo qual nossos delegados apostólicos tinham criado um *studium* geral em Toulouse, concedemos ainda a mesma liberdade utilizada pelos Parisienses. (AUVRAY, 1896: 714, reg. 1273)

Conde, conselheiros e *populus* Tolosanos, impedidos de receberem suas provisões de subsistência, temporariamente em carestia, por conta da água extraída da cidade de Toulouse, nem mesmo por esta falta, devem permitir a dissolução do *studium* plantado nesta cidade. (AUVRAY, 1896: 714, reg. 1267)

As epístolas papais em questão foram emitidas em 27 e 28 de abril de 1233, portanto quatro anos após a assinatura do tratado de Paris. A proximidade temporal das cartas e sua disposição no *registrum* de Gregório IX indicam uma relação entre elas, como se o papa e seus auxiliares estivessem realizando comunicações que tratavam de um mesmo assunto, ou que buscavam solucionar algum problema. Por meio da historiografia consultada, e debatida anteriormente, e dos documentos analisados no âmbito deste artigo, não foi possível esclarecer o motivo para as cartas papais terem sido enviadas naquele mês de abril de 1233.

A primeira das cartas citadas mais acima foi endereçada aos mestres e estudantes da Universidade de Toulouse, como forma de confirmar o estatuto de criação da universidade, além de estender a seus integrantes a mesma liberdade já usufruída pelos mestres e estudantes da Universidade de Paris. Este documento foi utilizado na

historiografia aqui debatida para confirmar a organização da universidade tolosana por meio de uma intervenção papal (WOLFF, 1974; VICAIRE; GILLES, 1992).

Não restam dúvidas que o documento em questão atesta o interesse papal na organização daquele “*studium*”, mas o documento seguinte abre espaço para uma perspectiva mais ampla de interpretação. A carta endereçada às autoridades locais e ao “*populus*” de Toulouse também esclarece que o pontífice romano reconhecia a importância da mobilização das forças locais para a manutenção e bom funcionamento da instituição universitária, solicitando-os que, nem mesmo nos períodos de “*carestia*”, leia-se, dificuldades momentâneas, deixassem de prover o necessário ao funcionamento do “*studium*”, evitando assim o seu fechamento.

Partindo de uma perspectiva foucaultiana sobre o poder, é possível explorar a formação da Universidade de Toulouse pela lógica que associa a verdade com o saber e o poder em um determinado contexto histórico, manifestando uma *vontade de verdade*, uma ação que visa controlar os poderes atuantes em um discurso, ou em um acontecimento, para estabelecer uma ordem alinhada a uma perspectiva de verdade (FOUCAULT, 2011: 17 et seq.). Se retomarmos as cartas emitidas pela chancelaria do papa Gregório IX, podem ser apontados em seus discursos elementos que denotam a vontade do papado em registrar aquela instituição universitária como parte das suas próprias iniciativas: “nossos delegados apostólicos tinham criado um *studium* geral em Toulouse” (AUVRAY, 1896: 714, reg. 1273), “nem mesmo por esta falta, devem permitir a dissolução do *studium* plantado nesta cidade” (AUVRAY, 1896: 714, reg. 1267).

A perspectiva de que a Igreja romana tinha “plantado” uma universidade em território tolosano não ficou manifestada somente no *registrum* do papa Gregório IX, e acabou sendo reproduzida em parte da historiografia especializada no tema, tal como apontado anteriormente. De modo que uma *vontade de verdade* expressada nos textos papais do século XIII, ganhou contornos historiográficos e se difundiu por meio de obras acadêmicas produzidas inicialmente na França, mas difundidas em outros espaços em pleno século XX. Um efeito que se enquadra naquilo que o filósofo Michel Foucault definiu como *regime de verdade*, a produção de um discurso tido como verdadeiro que se perpetua por diferentes espaços e tempos, dando contornos de verdade para ações e iniciativas políticas, que se expressam justamente por uma associação entre saber e poder (FOUCAULT, 1979: 9 et seq.).

Portanto, mesmo considerando apenas os documentos emitidos e preservados pela Igreja romana, não parece razoável apontar o papado como a força, ou o poder, que de forma exclusiva garantiu a criação de um “*studium*” em Toulouse, a sua organização na forma de uma corporação universitária, e a sua manutenção nos anos posteriores a sua criação. As mesmas cartas que indicam o renovado interesse da Igreja romana na instituição universitária tolosana, também permitem apontar o reconhecimento dado às autoridades locais e ao povo citadino, como bases fundamentais ao bom funcionamento daquela universidade, algo que o papado por si só não conseguia garantir. Daí a necessidade da comunicação com os representantes tolosanos, de forma que a responsabilidade sobre a Universidade de Toulouse era então compartilhada com as forças locais. O que não faria sentido se fosse o caso de uma instituição gestada única e exclusivamente sob os auspícios do papa Gregório IX e seus representantes.

Além disso, o recurso ao registro documental dos condes raimundinos, permitiu também quebrar com o referido *regime de verdade* manifestado nos documentos papais

e reproduzidos em parte da historiografia. Uma vez que a procuração emitida pelo conde Raimundo VII (aqui citada anteriormente), indica de maneira inequívoca uma iniciativa da autoridade condal de Toulouse no sentido do encaminhamento de um acordo de paz, alguns meses antes da assinatura do tratado de Paris. De modo que a conciliação entre as partes em litígio e os compromissos delimitados nas cláusulas do documento de Paris não podem ser vistos como meros efeitos das iniciativas papais naquele contexto histórico.

Se por um lado, os documentos aqui citados e referenciados indicam um renovado interesse papal na formação e na manutenção da Universidade de Toulouse, por outro lado, a análise dos mesmos documentos por meio do referencial foucaultiano sobre verdade, saber e poder, indicam a constituição de um *regime de verdade* engendrado inicialmente por meio da Igreja romana e de seus representantes, e reproduzido em boa parte da historiografia sobre o tema. Assim sendo, a principal colaboração ao debate historiográfico aqui reproduzido seria justamente apontar a lógica de construção que existe naquela perspectiva que indica a Universidade de Toulouse como uma instituição “plantada” naquela cidade por iniciativa exclusivamente papal, apontando um caminho sensivelmente diverso, que indica a participação das autoridades e das forças locais tolosanas na organização e no funcionamento daquela instituição universitária.

### **Encaminhamentos conclusivos para uma renovação dos debates**

A cidade de Toulouse nas primeiras décadas do século XIII configura o contexto histórico mais direto para a formação da universidade tolosana, principalmente para tornar inteligível uma dinâmica de confrontos e relações de poder que marcaram a conjuntura local desde o início daquele século. O desenrolar da Cruzada Albigense (1209-1229) e a assinatura do tratado de Paris (1229) não seriam totalmente compreensíveis sem um olhar mais focado naquela cidade, o que não diminui em nada a necessidade de situar os acontecimentos em uma escala maior de observação sobre o Languedoc e os interesses que tal região despertava na realeza do Norte e nos representantes da Igreja romana.

Mas o olhar mais abrangente sobre o Languedoc e principalmente o destaque conferido às iniciativas tomadas pela realeza nortista e pelo papado, por meio de representantes diretos e/ou de aliados, de certa forma conduziu a uma interpretação muito estreita sobre o tratado de Paris e a formação da Universidade de Toulouse: ao apontar a cláusula 7 como um ato que impunha ao conde de Toulouse a formação e a sustentação de um *studium* local, destacando a Igreja romana como a idealizadora daquele acordo e da própria instituição surgida quase que como um efeito. Uma interpretação que não é desprovida de sentido, pois está fundamentada em abordagem que aponta uma sequência de intervenções realizadas em Toulouse por forças externas, destacando o papado como um centro coordenador de tais iniciativas.

A realização de um debate historiográfico mais geral sobre o surgimento das universidades no século XIII, e mais particular ao tratar da formação da Universidade de Toulouse, tornou possível identificar tendências de abordagem e de interpretação sobre o objeto de análise deste artigo. Ao mesmo tempo em que destacou uma visão mais predominante neste campo, que aponta a Igreja romana como protagonista na criação, na organização e na manutenção do *studium* tolosano.



Em uma perspectiva foucaultiana toda ordem de discurso pressupõe uma vontade de verdade, que por sua vez expressa uma articulação entre saber e poder na formação desta verdade. Para quebrar esta lógica e apontar a constituição de um regime de verdade na visão mais consensual sobre a formação da universidade tolosana, foi necessário recorrer ao arcabouço teórico e conceitual do filósofo Michel Foucault, além de realizar o cruzamento de informações presentes nos documentos aqui analisados, e que foram produzidos no contexto imediato ou próximo ao tratado de Paris.

O direcionamento de um olhar mais focado na cidade de Toulouse e para um *corpus* documental mais restrito, produzido entre 1228 e 1233, e associados a uma lógica de comunicação entre a Igreja romana e as autoridades locais, foi o caminho percorrido para a produção de uma visão historiográfica um pouco diferente daquela que vigora nos trabalhos mais específicos sobre a formação da Universidade de Toulouse. Ao percorrer este caminho, pudemos destacar um problema recorrente na referida historiografia: valorizar sobremaneira as iniciativas papais neste campo e desconsiderar a perspectiva da negociação como uma prática comum no confronto entre potências/poderes no contexto medieval.

Certamente não é o caso aqui de afirmar uma suposta fraqueza da Igreja romana perante às forças locais tolosanas, o que estaria em desacordo com boa parte do debate produzido sobre o Languedoc e o condado de Toulouse no século XIII. E sim de apontar uma perspectiva de interpretação mais nuançada, que ressalte as iniciativas das forças locais em um contexto histórico conturbado, permeado por conflitos diretos mas também por negociações, permitindo identificar as autoridades locais tolosanas como uma base importante para a formação e manutenção da Universidade de Toulouse.

## Referências Bibliográficas

### *Edições impressas de fontes medievais:*

AUVRAY, Lucien. **Les Registres de Gregoire IX**. Recueil de bulles de ces pape d'après les manuscrits originaux du Vatican. Paris: Librairie Thorin et Fils, 1896.

MACÉ, Laurent. **Catalogues raimondins**. Actes des comtes de Toulouse, ducs de Narbonne et marquis de Provence (1112-1229). Toulouse: Archives municipales, 2008.

VAISSETE, J. **Histoire générale de Languedoc (Vol. VI)**. Toulouse: Privat, 1879, p. 632-637.

### *Obras específicas:*

ALVIRA CABRER, Martín. La Cruzada contra los Albigenses: historia, historiografía y memoria. **Clio & Crimen**, n. 6, p. 110-141, 2009.

DELARUELLE, Étienne. Les papes, les dominicains et la Faculté de Théologie de Toulouse aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles. **Annales du Midi**: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale, t. 65, n. 23, p. 355-374, 1953.

DEPEYROT, Georges. Le trésor de Toulouse et le numéraire féodal aux XII et XIII<sup>e</sup> siècles. **Annales du Midi**: revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale, t. 94, n<sup>o</sup> 157, p. 125-149, 1982.

FALBEL, Nachman. As heresias dos séculos XII e XIII. **Revista de História**, USP, v. 38, n. 78, p. 325-352, 1969.

FORTES, Carolina Coelho. Entre Paris e Bolonha: A inserção dos Frades Pregadores na vida universitária do Século XIII. **Revista de História Comparada**, PPGHC/UFRJ, Rio de Janeiro, v 12, n. 1, p. 86-121, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011(a).

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2011(b).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Catarismo, uma manifestação utópica medieval. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 6-34, maio/agosto de 2018.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Pilar. La Inquisición contra los Albigenses en Languedoc (1229-1239). **Clio & Crimen**, n<sup>o</sup> 2, p. 53-80, 2005.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. 9 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

MACEDO, José Rivair. **Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MACEDO, José Rivair. Nobreza, heresia e banditismo social no século XIII. **Textos de História**, Revista da Pós-Graduação em História da UNB, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1996.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e Memória das Universidades Medievais: a preservação de uma instituição educacional. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, p. 113-129, Jan./Jun. de 2007.

SILVA, Carolina Gual. As universidades e o conhecimento na Idade Média. In: SILVA, Paulo Duarte; NASCIMENTO, Renata. **Ensaio de História Medieval**: Temas que se renovam. Curitiba-Brasil: Editora CRV, 2019, p. 89-105.

VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

VERGER, Jacques. Universidade. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. V. 1, p. 573-587.

VICAIRE, Marie-Humbert; GILLES, Henri. Rôle de l'université de Toulouse dans l'effacement du catharisme. In: GILLES, Henri. **Université de Toulouse e Ensino de Direito (XIII e XVI séculos)**. Toulouse: SEDUSS, 1992.

WOLFF, Philippe. **Histoire de Toulouse**. Toulouse: Privat, 1974.

ZERNER, Monique. Heresia. In: LE GOFF, Jaques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. V. 1, p. 503-521.

## Notas

---

<sup>1</sup> Este artigo se apresenta como um dos resultados do projeto de pesquisa “Igreja, Cidade e Santidade: as instituições de Toulouse na canonização de Domingos”, que foi desenvolvido sob a minha coordenação e com a participação de estudantes da Faculdade de História de Bragança/UFPA, no período de agosto de 2018 a julho de 2021. O interesse pela Universidade de Toulouse já aparecia nas reuniões do primeiro ano do projeto quando começamos a nos aproximar mais do contexto histórico daquela cidade no século XIII, por meio do debate de historiografias e fontes que já tínhamos acessado. Em setembro de 2018, quando fui participar de um simpósio em Roma (“A luz de Roma”), aproveitei a oportunidade para visitar Toulouse e conhecer a universidade, o que foi fundamental para acessar edições impressas de fontes medievais e historiografias que alimentaram parte das pesquisas individuais desenvolvidas no âmbito do referido projeto. Deixo aqui registrado o meu agradecimento à Cássia Luana de Freitas Moreira que, no âmbito do projeto, direcionou esforços para a compreensão da formação histórica daquela universidade, resultando no TCC intitulado “A formação da Universidade de Toulouse (séc. XIII): as relações de poder entre o papado e as forças locais occitanas”. A argumentação aqui desenvolvida soma-se ao trabalho da Cássia Luana como esforços de reflexão e de pesquisa que visavam levar ao público um conhecimento maior sobre a cidade de Toulouse e suas instituições nas primeiras décadas do século XIII.

<sup>2</sup> Toulouse é o nome atual de uma comuna localizada no sudoeste da França, mais precisamente na região da Occitânia. No contexto do século XIII ela também poderia ser chamada de vila ou de cidade, e já ocupava uma posição de destaque como capital do condado que tinha o mesmo nome, e que era parte integrante de uma grande região conhecida como Languedoc. Vale ressaltar que nos documentos deste período a cidade é mais referida como *Tolosa Civi*.

<sup>3</sup> “Franquias” era a expressão utilizada naquele contexto histórico para se referir a direitos conquistados, negociados e/ou oferecidos aos cidadãos pelas autoridades superiores. Portanto, as chamadas “franquias cidadãs” formavam um conjunto de prerrogativas que antes eram exercidas pelas autoridades condaís e eclesiásticas, que foram paulatinamente sendo associadas ao governo cidadão.

<sup>4</sup> Languedoc é o termo que aparece nos documentos aqui analisados para se referir a uma ampla região localizada no atual sul da França, e que hoje em dia é chamada de Occitânia. Tratava-se de uma região que nos séculos XII e XIII esteve associada à autoridade dos condes de Toulouse, que tinha uma língua regional para a comunicação e a cultura local, a chamada Língua de Oc (daí o nome Languedoc), e que foi o último bastião de autonomia local perante a expansão da monarquia francesa naquele contexto.